

(duzentos e dez biliões, quinhentos e trinta e três milhões, oitocentos e sessenta e nove kwanzas e sessenta e cinco cêntimos) equivalente a USD 2.213.676,00 (dois milhões, duzentos e treze mil e seiscentos e setenta e seis dólares dos Estados Unidos da América), para funcionamento da estrutura angolana de execução do projecto.

4.º — O Ministério das Finanças deve assegurar os recursos financeiros necessários à implementação do Projecto.

5.º — O presente Despacho Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 30 de Maio de 2012.

Publique-se.

Luanda, aos 15 de Junho de 2012.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Despacho Presidencial n.º 88/12

de 19 de Junho

No âmbito do Programa Água para Todos, o Executivo angolano trabalha intensamente para atender as necessidades da população, levando água potável às localidades carentes de todo território nacional;

Considerando que o Ministério da Energia e das Águas pretende avançar com um programa planeado e atender 152 novas localidades carentes de água potável, nas

Províncias da Lunda-Norte, do Moxico, do Uíge, do Zaire e do Kwanza-Sul.

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1.º — É aprovado o Contrato para implementação de diversas empreitadas para o abastecimento de água potável à 152 localidades, nas Províncias da Lunda-Norte, Moxico, Uíge, Zaire e do Kwanza-Sul, no valor global de AKz: 16.944.578.793,14 (dezassexte biliões, novecentos e quarenta e quatro milhões, quinhentos e setenta e oito mil, setecentos e noventa e três kwanzas e catorze cêntimos), equivalente a USD 178.165.192,45 (cento e setenta e oito milhões, cento e sessenta e cinco mil, cento e noventa e dois dólares dos Estados Unidos da América e quarenta e cinco cêntimos).

2.º — É autorizado o Ministro da Energia e das Águas a celebrar o Contrato acima referido com a empresa MITRELLI LIMITED.

3.º — O Ministério das Finanças deve assegurar os recursos financeiros necessários à implementação do Projecto.

4.º — O presente Despacho Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 30 de Maio de 2012.

Publique-se.

Luanda, aos 15 de Junho de 2012.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.